

## EDITAL

O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, por intermédio do DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b>  <b>029/2026</b>  TIPO: MENOR PREÇO  <b>SRP</b>  <b>021/2026</b>	<b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b>  <b>Até 08h59 min do dia 29/06/2026</b>  Início da sessão / disputa de lances:  <b>09h00min do dia 29/06/2026</b>  Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	---

### 1. OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços**, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual **Aquisição de Veículos Elétricos Utilitários 4x4, em atendimento a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca, Secretaria Municipal de Segurança, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.**

### 2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 1.219.634,02 (Um milhão duzentos e dezenove mil seiscentos e trinta e quatro reais e dois centavos).**

### 3. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/compras>

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pnpc.gov.br/>, <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>

Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira Cristiane dos Santos Zella e equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 1.203/2025.

- E-mail: [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br) e [cristiane.zella@paranagua.pr.gov.br](mailto:cristiane.zella@paranagua.pr.gov.br)

- Telefones: (41) 3721-1810 ramal 2

- Endereço: Rua Júlia da Costa, nº 322 - Centro Histórico – CEP 83203-060, Paranaguá / Paraná

- O atendimento será feito no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min.

### 4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

#### 4.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 4.319/2023, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por e-mail indicado no item 3 do Sistema do Pregão Eletrônico ou em campo específico no sítio eletrônico **compras.gov.br** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. As respostas ficarão disponíveis no sítio eletrônico oficial [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br).

#### **4.2. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

#### **4.3. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no portal de Licitações no site <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso aos autos via sistema.

#### **5. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**5.1.** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**5.2.** É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

**5.3.** A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 4.319/2023, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

## **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

### **1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO:**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

### **2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo do item, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).**

**2.1.1. Os valores que permanecerem acima (salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, conforme o previsto no § 3º do Art. 81 do Decreto nº 4.319/2023) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados”.**

**2.1.2. O intervalo mínimo entre os valores dos lances deverá ser de R\$ 1,00 (Um real).**

**2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.**

**2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, conforme o previsto no § 3º do Art. 81 do Decreto nº 4.319/2023) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I) serão desclassificadas.”**

### **3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo VI), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

### **4. PROPOSTA PARCIAL:**

**4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.**

### **5. ME E EPP:**

**5.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.**

### **6. AMOSTRA:**

**6.1. Como requisito de classificação/proposta, o licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta de preços, Catálogo ou Folder detalhado e claro dos itens cotados, o qual deverá permitir a análise minuciosa e a comprovação de que o bem ofertado atende integralmente às especificações técnicas e funcionais exigidas no Termo de Referência.**

**6.2. O material apresentado deverá ser oficial do fabricante ou distribuidor e conter informações como: modelo, marca, código do produto, características técnicas, dimensões e, se aplicável, fotos ou desenhos esquemáticos.**

**6.3. A ausência, incompletude ou inconsistência do Catálogo que impossibilite a comprovação do atendimento às especificações **poderá levar à desclassificação da proposta.****

### **7. GARANTIA:**

**7.1. Fica dispensada a apresentação de garantia contratual para fins de celebração de contrato oriundos deste certame.**

### **8. ANEXOS:**

- Anexo I - Termo de Referência

- Anexo II - Estudo Técnico Preliminar
- Anexo III - Relação de Itens, Quantitativos e Distribuição
- Anexo IV - Matriz de Risco
- Anexo V - Documentos de Habilitação
- Anexo VI - Modelo de Descritivo da Proposta de Preços
- Anexo VII - Modelo de Procuração
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de Atendimento as Regras Contidas no Edital
- Anexo IX - Órgãos participantes e locais de entrega
- Anexo X - Modelo da Ata de Registro de Preços
- Anexo XI - Modelo da Ata de Registro de Preços - Cadastro de Reserva
- Anexo XII - Modelo de Minuta de Contrato Administrativo
- Anexo XIII - Modelo de Declaração de Idoneidade
- Anexo XIV - Modelo de declaração de atendimento a Constituição Federal – artigo 7º inciso XXXIII
- Anexo XV - Declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa, empresa pequeno porte e microempresa individual

## **CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

### **1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

1.1. O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do **Compras.gov**, localizado na página: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.2. O pregão será conduzido por servidora pública denominada pregoeira, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do município de Paranaguá.

1.3. O pregão eletrônico observará a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Federal nº 11.462/2023 e, no que couber, o Decreto Municipal nº 4.319/2023.

1.3.1. A pregoeira exercerá as atribuições previstas no artigo 4º do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

1.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do município de Paranaguá, conforme instruções que podem ser obtidas na página do **Compras.gov** ou, ainda, por meio do telefone: 0800.978.9001 (suporte técnico).

1.4.1. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do município de Paranaguá implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2. constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3. tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4. não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7. As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.4. A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5. Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6. A pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### **3. PROPOSTA INICIAL**

3.1. Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1. o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

3.1.2. a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

3.2. A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1. A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 - CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário do item e valor total do item ou valor global, ou percentual de desconto;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação ocorrerá em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 - Das Condições Específicas deste Edital.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances deverá ser de R\$ 1,00 (Um real)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 5.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 5.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10.1.1. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.
- 5.13. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.15. Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de

pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006-

5.18. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19. A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20. Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.25.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.25.3. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada, feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.26. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto nº 4.319/2023.

6.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3. Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Como requisito de classificação/proposta, o licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta de preços, Catálogo ou Folder detalhado e claro dos itens cotados, o qual deverá permitir a análise minuciosa e a comprovação de que o bem ofertado atende integralmente às especificações técnicas e funcionais exigidas no Termo de Referência.

6.6.3.1. O material apresentado deverá ser oficial do fabricante ou distribuidor e conter informações como: modelo, marca, código do produto, características técnicas, dimensões e, se aplicável, fotos ou desenhos esquemáticos.

6.6.3.2. A ausência, incompletude ou inconsistência do Catálogo que impossibilite a comprovação do atendimento às especificações **poderá levar à desclassificação da proposta.**

6.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no *chat* do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pela pregoeira.

7.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

8.1. A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1. A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2. As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1. Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, a pregoeira desclassificará a proposta.

8.1.3. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, a pregoeira poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo VI.

## **9. OS RECURSOS**

9.1. Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1. As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2. A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3. As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pela pregoeira.

9.4. Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no portal da transparência do Município no site <https://paranagua.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo>.

9.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pela pregoeira à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o município de Paranaguá convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1. O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.2. Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto nº 4.319/2023.

11.2.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a Ata de Registro de Preços nos termos do § 5º do Art. 298 do Decreto nº 4.319/2023, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou no Diário Oficial dos Municípios, será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado e ter seus quantitativos renovados nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 299 do Decreto nº 4.319/2023, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.4. Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

11.5. No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto nº 4.319/2023, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços.

11.6. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

11.7. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

11.7.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

11.7.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, tendo por termo inicial a data da base vinculada à proposta e desde que decorrido 12 (doze) meses desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

11.7.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

11.7.2.2. O transcurso do período citado no item 11.7.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

## **12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

12.1. O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2. Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal da Transparência do Município de Paranaguá, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3. Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao cadastro do CEIS (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) pode ser consultado no Portal da Transparência do Governo Federal.

12.4. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira.

12.5. Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 4.319/2023, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5.1. A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.5.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.6. A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

12.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$
$$I = 0,00016438$$

12.8. Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12.9. A designação dos fiscais titulares e de seus respectivos substitutos, indicados pelas Secretarias Participantes, ocorrerá formalmente mediante Decreto Municipal, a ser publicado na Imprensa Oficial do Município antes do início da execução contratual.

### 13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do item no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Municipal nº 4.319/2023;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Municipal nº 4.319/2023;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Municipal nº 4.319/2023;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto nº 4.319/2023 e na Lei nº 14.133/2021.

13.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 4.319/2023.

13.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

13.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

#### **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3. É facultado a pregoeira a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela pregoeira ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5. A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7. Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. A pregoeira, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8. A pregoeira poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.10. O foro é o da Comarca de Paranaguá/PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Paranaguá, 15 de junho de 2026.

**Marcio Luis Pedrero Vega**

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenv. Rural e Pesca

**Francisco Leudomar Nobrega dos Santos**

Secretário Municipal de Segurança

**Daniel Gustavo Giaretta Fanguero**

Secretário Municipal de Saúde

**Thiago Casas do Nascimento**

Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência, **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos elétricos utilitários 4x4**, para atender a Secretaria Municipal de Meio ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca, Secretaria de Segurança e Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação conforme especificações contidas neste Termo de Referência, vinculada ao Município de Paranaguá, pelo período de 12 (doze) meses.

**2. JUSTIFICATIVA E INTERESSE PÚBLICO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. Justificativa e Interesse Público**

A presente contratação visa à aquisição de **08 (oito) veículos elétricos utilitários com tração 4x4**, destinados ao atendimento de demandas operacionais de diferentes Secretarias do Município de Paranaguá, com foco especial na **Ilha do Mel**, área de relevante interesse ambiental, turístico e social, caracterizada por restrições de circulação de veículos convencionais, elevado fluxo de visitantes e sensibilidade ambiental.

Serão destinados **02 (dois) veículos** para apoio às atividades de **coleta de resíduos sólidos e recicláveis**, possibilitando maior eficiência na limpeza urbana, especialmente em áreas de difícil acesso e com restrições à circulação de veículos convencionais, como a Ilha do Mel.

Outros **02 (dois) veículos** serão utilizados pela **Guarda Municipal**, com foco em **patrulhamento preventivo, fiscalização, ordenamento urbano e apoio operacional**, contribuindo para a segurança da população residente e de turistas, sobretudo em períodos de alta temporada.

Outros **02 (dois) veículos**, adaptados para **atendimento emergencial e transporte de pacientes**, destina-se à **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranaguá**, com atuação prioritária na Ilha do Mel.

Outros **02 (dois) veículos com capacidade mínima para transporte de 08 (oito) passageiros**, destinados ao atendimento do transporte escolar de crianças residentes na Ilha do Mel.

O uso de veículos elétricos adaptados mostra-se tecnicamente adequado por sua adequação ambiental, baixo nível de ruído, ausência de emissão de poluentes e capacidade de operação em terrenos irregulares, características compatíveis com áreas ambientalmente sensíveis e turísticas do Município de Paranaguá. Trata-se de solução tecnicamente adequada, sustentável e alinhada ao interesse público, promovendo melhoria na prestação dos serviços essenciais e eficiência administrativa, garantindo resposta rápida e eficaz em situações de coleta, segurança, transporte escolar e urgência e emergência, bem como facilitar o deslocamento de pacientes em áreas com limitações geográficas e logísticas, onde ambulâncias convencionais apresentam restrições de acesso, fortalecendo a rede de atenção à saúde em uma região estratégica e sensível do Município.

O registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos elétricos utilitários 4x4 atende ao **interesse público**, pois promove a melhoria da prestação dos serviços públicos essenciais, contribui para a preservação ambiental em área sensível, atende às peculiaridades logísticas da Ilha do Mel e alinha-se às diretrizes de sustentabilidade e eficiência administrativa.

2.2. A contratação deverá ser realizada por meio de **procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO**, considerando que o objeto se enquadra como **bem comum**, com especificações usuais de mercado e padrões de desempenho objetivamente definidos.

A aquisição dos bens ocorrerá **sob demanda**, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração Pública. Nesse contexto, entende-se como **mais vantajosa a adoção do SISTEMA DE**

**REGISTRO DE PREÇOS**, uma vez que possibilita maior adequação entre a demanda efetiva e o fornecimento parcelado ao longo da vigência da Ata, conferindo maior flexibilidade operacional. A utilização do Sistema de Registro de Preços também contribui para o **planejamento orçamentário**, ao permitir a distribuição da aplicação dos recursos ao longo do exercício financeiro, sem a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

2.2.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra respaldo no **Decreto Municipal nº 4.319/2023**, especialmente em seu art. 290º, que prevê sua utilização, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

2.3. O presente certame visa ao **cumprimento da legislação vigente em matéria de licitações e contratos administrativos**, prevenindo o fracionamento indevido de despesas e assegurando a observância dos princípios da **economicidade, eficiência, planejamento, isonomia e interesse público**, que norteiam as contratações públicas municipais.

#### **2.4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA COMPLEMENTAR PARA AMPLIAÇÃO DE CARRINHOS ELÉTRICOS – COMUNIDADES MARÍTIMAS (SEMSA)**

Considerando a organização da assistência à saúde nas comunidades marítimas do Município de Paranaguá, destaca-se que já existe experiência exitosa em operação com a utilização de carrinho elétrico na Ilha do Mel, especificamente na localidade de Nova Brasília, onde o equipamento vem desempenhando papel fundamental no apoio ao transporte de pacientes em território de difícil acesso, contribuindo diretamente para a melhoria do fluxo assistencial, redução de riscos e ampliação do acesso aos serviços de saúde.

Entretanto, apesar desse avanço pontual, observa-se que outras comunidades marítimas permanecem em situação de vulnerabilidade logística significativa, demandando ampliação imediata desse recurso.

A localidade de Encantadas, também situada na Ilha do Mel, apresenta características territoriais ainda mais desafiadoras, com maior extensão de trilhas, distanciamento entre domicílios e a Unidade Básica de Saúde (UBS), além de dificuldades estruturais de mobilidade. A população residente encontra-se, em muitos casos, localizada em áreas distantes da UBS, o que compromete o acesso ao atendimento, sobretudo para pacientes com limitações físicas, em situação pós-trauma, acamados ou em condições clínicas que impedem o deslocamento a pé.

Da mesma forma, a Ilha de São Miguel apresenta configuração geográfica distinta e igualmente crítica, caracterizada por grande distanciamento entre o núcleo populacional e o trapiche. Nessa localidade, o deslocamento até o ponto de embarque exige longas caminhadas, frequentemente incompatíveis com o estado clínico de usuários que necessitam de continuidade do cuidado em serviços de média e alta complexidade em Paranaguá. Tal condição impõe barreiras relevantes ao acesso, atrasos no cuidado e aumento do risco de agravamento dos quadros clínicos.

Importante destacar que, atualmente, o município dispõe de apenas um carrinho elétrico em operação, o que se mostra insuficiente frente a demanda existente nas diferentes comunidades marítimas.

Diante desse cenário, a presente proposta justifica a necessidade urgente de ampliação da frota com a aquisição/adesão de mais dois carrinhos elétricos, a serem destinados prioritariamente para:

\* Comunidade de Encantadas (Ilha do Mel) – devido à extensa área territorial, dificuldade de acesso e distância significativa entre residências e a UBS;

\* Ilha de São Miguel – em razão da distância entre o centro populacional e o trapiche, dificultando o deslocamento de pacientes para continuidade assistencial fora da ilha.

A ampliação proposta visa:

- \* Garantir equidade no acesso à saúde entre as diferentes comunidades marítimas;
- \* Reduzir barreiras geográficas e assistenciais, especialmente para populações mais vulneráveis;
- \* Aprimorar o fluxo de referência e contrarreferência, assegurando transporte adequado até os pontos de embarque;
- \* Minimizar riscos clínicos decorrentes de atrasos ou impossibilidade de deslocamento;
- \* Fortalecer a resolutividade da Atenção Primária, ampliando o suporte às equipes de Saúde da Família.

Ressalta-se que os carrinhos elétricos serão utilizados exclusivamente para fins assistenciais, no transporte de pacientes vinculados às demandas de saúde, tanto para deslocamentos internos nas ilhas quanto para apoio logístico em transferências para continuidade do cuidado.

Dessa forma, considerando a experiência já consolidada em Nova Brasília e as necessidades identificadas em Encantadas e na Ilha de São Miguel, a ampliação para três equipamentos (um já existente e dois adicionais) apresenta-se como medida tecnicamente necessária, urgente e estratégica para qualificação da assistência à saúde nas comunidades marítimas do município.

Tal despesa encontra-se previstas nas dotações orçamentárias desta secretaria, com saldo suficiente, para o exercício de 2026 e no subsequente, sendo compatível com a LDO e PPA, devendo ser empenhada nas dotações orçamentárias:

- 10.1.2060.3449052.391.1303;
- 10.1.2062.3449052.447.1303;
- 10.1.2062.3449052.448.1494;
- 10.1.2062.3449052.449.1520;
- 10.1.2062.3449052.450.1527;
- 10.1.2062.3449052.451.1528.

## **2.5. JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DE CARRINHOS ELÉTRICOS – COMUNIDADES MARÍTIMAS (SEMEDI)**

O atendimento da rede municipal de ensino se estende as escolas das ilhas que pertencem ao nosso município. De todas as ilhas atendidas a ilha do mel é a que possui o maior número de alunos e, principalmente na parte de Nova Brasília, muitos alunos precisam percorrer grandes distâncias diariamente para chegarem até a escola.

Observando experiências exitosas de outras secretarias nos seus atendimentos na ilha com a utilização de carrinhos elétricos, e a fim de atender melhor as demandas da educação, proporcionando maior segurança e qualidade no atendimento aos alunos desta comunidade, a Secretaria Municipal de Educação resolveu investir na compra de dois carrinhos para transporte escolar destes alunos.

Diante deste cenário, visando a redução de ausências escolares e priorizando a segurança dos alunos no trajeto de casa a escola a presente aquisição se torna fundamental para fins de melhor atendimento desta secretaria à população.

Dotações:

11.01.0012.0361.0016.2080.34490520000000000000 – 1107

11.02.0012.0361.0016.1017.34490520000000000000 – 1104

11.02.0012.0365.0017.2082.34490520000000000000 – 1107

11.02.0012.0365.0017.1018.34490520000000000000 – 1104  
11.01.0012.0361.0016.2080.34490520000000000000 – 1000  
11.01.0012.0361.0016.2080.34490520000000000000 – 1103.

## **2.6. JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS UTILITÁRIOS 4X4 (SEMSEG)**

A aquisição de veículos elétricos revela-se medida essencial para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela Guarda Civil Municipal à população residente e aos visitantes da Ilha do Mel, localizada no município de Paranaguá, especialmente nas localidades de Encantadas e Brasília. A atuação ostensiva da corporação contribui diretamente para a inibição de práticas ilícitas, bem como para o atendimento de ocorrências relacionadas à segurança pública, salvamento e fiscalização ambiental.

A Ilha do Mel constitui um dos mais relevantes destinos turísticos do Estado do Paraná, reconhecida por seu elevado valor ambiental e paisagístico. Inserida em área de proteção ambiental e sob gestão do Instituto Água e Terra (IAT), possui regras rígidas de manejo, dentre as quais se destaca a vedação à circulação de veículos movidos à tração animal ou motorizados convencionais. Nesse contexto, a utilização de veículos elétricos mostra-se não apenas adequada, mas indispensável, por estar em consonância com as normas ambientais vigentes e com os princípios da sustentabilidade.

Ademais, a aquisição visa suprir a atual carência de veículos adequados para o atendimento das demandas da Patrulha Marítima, que atua de forma ininterrupta (24 horas), inclusive em apoio a eventos, ações de salvamento, segurança e fiscalização ambiental. Ressalta-se que o uso intensivo dos veículos empregados nessas atividades acarreta desgaste acelerado, reforçando a necessidade de renovação e ampliação da frota.

Destaca-se, ainda, que a aquisição proporciona maior autonomia administrativa e operacional à Administração Pública, reduzindo custos recorrentes com contratos continuados e permitindo o planejamento de manutenção preventiva e corretiva de forma mais eficiente, mesmo diante das limitações logísticas inerentes à localização insular.

Dessa forma, a aquisição de veículos elétricos proporcionará melhores condições de trabalho aos agentes, maior eficiência na prestação dos serviços públicos e incremento na sensação de segurança da população local e dos turistas, contribuindo significativamente para a preservação ambiental e para a qualidade do atendimento na Ilha do Mel.

### **QUANTITATIVO DE VEÍCULOS PRETENDIDOS**

02 veículos

DOTAÇÃO

Órgão: 20

Unidade: 003

Ação: 2202

Vínculo: 1509 Gerenciamento Fundo de Trânsito

## **3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E COMO COMUNS**

**3.1. Os veículos elétricos utilitários objeto deste procedimento licitatório são classificados como bens comuns, uma vez que possuem especificações usuais de mercado, com padrões de desempenho, qualidade e características técnicas objetivamente definidos neste Termo de Referência, possibilitando a comparação direta entre as propostas apresentadas.**

**3.2. Dessa forma, a aquisição mostra-se compatível com a modalidade Pregão Eletrônico, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.**

#### **4. DA PESQUISA DE PREÇOS**

4.1. Para a definição dos **valores máximos a serem registrados**, foi realizada **pesquisa de preços** em conformidade com a legislação vigente, observando-se critérios de economicidade, razoabilidade e compatibilidade com os valores praticados pelo mercado.

4.2. A pesquisa de preços teve por objetivo subsidiar a estimativa do valor da contratação e o estabelecimento dos valores máximos aceitáveis no âmbito do **Sistema de Registro de Preços**, servindo como referência para o julgamento das propostas, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e das normas municipais aplicáveis.

4.3. A formação do preço estimado observou metodologia baseada em múltiplas fontes, priorizando a compatibilidade técnica das propostas coletadas, em detrimento de mera comparação formal de valores, garantindo maior aderência ao objeto e segurança na contratação.

#### **5. DA FORMA DE ENTREGA**

5.1. Os **veículos elétricos utilitários** poderão ser solicitados de forma **parcelada**, durante o prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços**, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de **ordem de fornecimento ou instrumento equivalente**, sendo que os quantitativos registrados constituem **mera estimativa de consumo**, não obrigando o Município de Paranaguá à aquisição da totalidade dos itens registrados.

5.2. O prazo para entrega dos veículos será de até 60 (**sessenta**) **dias corridos**, contados a partir do recebimento da **ordem de fornecimento ou nota de empenho**, encaminhada por meio eletrônico ao endereço informado pelo fornecedor registrado, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e na legislação vigente.

5.3. O recebimento dos veículos será realizado **pelo fiscal do contrato**, responsável pela conferência quantitativa e avaliação técnica dos bens entregues, verificando-se a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta registrada.

5.4. Na hipótese de atraso injustificado na entrega, será instaurado **procedimento administrativo para aplicação das penalidades cabíveis**, excetuados os casos em que o motivo do descumprimento seja devidamente justificado e aceito pela Administração.

5.5. Os veículos serão **recusados** quando entregues em desacordo com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e com a proposta registrada na Ata de Registro de Preços.

5.6. Constatada a desconformidade, e após **notificação formal** ao fornecedor, ficará **suspenso o pagamento** até a regularização da situação. Os veículos recusados deverão ser **substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da notificação, sem qualquer ônus adicional para o Município de Paranaguá, a critério da Administração.

5.7. O descumprimento dos prazos de entrega ou de substituição sujeitará o fornecedor às **sanções administrativas previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável**.

5.8. O pagamento será efetuado **após o recebimento definitivo** dos veículos, devidamente atestado pelo responsável designado pela Administração, observadas as condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços.

5.9. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor quanto à **qualidade, desempenho e conformidade técnica** dos veículos entregues, permanecendo a obrigação de sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo de garantia.

#### **6. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS**

6.1. Os **veículos elétricos utilitários (carrinhos elétricos)** a serem registrados deverão ser de **primeira linha, novos, zero quilômetro**, e entregues com **prazo de garantia igual ou superior a 01 (um) ano**, compreendendo a **garantia técnica contra defeitos de fabricação**, contada a partir da data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**, prevalecendo, sempre que superior, o prazo de garantia oferecido pelo fabricante.

6.2. Caso os veículos registrados apresentem **vícios, defeitos ou características em desacordo com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência**, ainda que tais inconformidades sejam constatadas apenas durante sua utilização, a **CONTRATADA** deverá **prestar todo o suporte técnico necessário**, promovendo a **correção, substituição ou reparo do veículo**, sem qualquer ônus adicional à Administração, inclusive responsabilizando-se pela intermediação junto ao fabricante, quando necessário.

6.3. Os veículos deverão ser **novos, não reconicionados, não remanufaturados, de primeiro uso**, livres de quaisquer avarias, entregues em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de todos os seus componentes, acessórios originais, manuais, certificados de garantia e carregadores compatíveis.

6.4. Os veículos elétricos deverão atender **integralmente às especificações técnicas mínimas** constantes neste Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de modelos ou versões que não atendam às exigências estabelecidas.

6.5. As **quantidades indicadas neste Termo de Referência são estimativas**, servindo exclusivamente para fins de planejamento e registro de preços, **não se constituindo em obrigação de contratação por parte do Município de Paranaguá**, que poderá adquirir os veículos **de forma parcelada ou integral**, conforme sua necessidade, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.6. A contratação dos veículos ocorrerá mediante **emissão de ordem de fornecimento ou instrumento equivalente**, respeitadas as condições registradas na Ata de Registro de Preços, os valores máximos registrados e os prazos estabelecidos no edital.

6.7. A tabela de preços constante deste Termo de Referência tem caráter **meramente estimativo**, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação, à definição do valor máximo aceitável e à estimativa de consumo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.7.1. Os quantitativos indicados não constituem obrigação de aquisição por parte do Município de Paranaguá, tratando-se de previsão baseada em demandas estimadas, podendo a Administração contratar os itens de forma **total, parcial ou até mesmo não contratar**, conforme a necessidade, conveniência e disponibilidade orçamentária.

6.7.2. O julgamento das propostas será realizado **por item**, observando-se o critério de **menor preço por item**, não sendo exigida a cotação de todos os itens para fins de habilitação ou classificação do licitante, salvo disposição expressa em contrário no Edital.

6.7.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, facultando-se ao Município a utilização da Ata de Registro de Preços conforme suas necessidades, em consonância com o interesse público, o planejamento administrativo e a legislação vigente.

6.7.4. A apresentação da tabela de preços não gera, por si só, direito subjetivo à contratação, nem expectativa de consumo mínimo, constituindo-se apenas como instrumento de referência para futuras contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

6.8. Especificações e quantitativo:

ITEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----	-----	-------	---------------	----------------	-------------

Protocolo nº: 2973/2026

Pregão Eletrônico nº: 029/2026

Sistema de Registro de Preços nº: 021/2026

1	65414	UND	2	Carro elétrico utilitário 4x4 para transporte de carga Tipo Gaiola - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Propulsão elétrica por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas por recarga; Capacidade mínima de carga da Gaiola: 1.000 kg; Potência compatível com operação em aclives e terrenos irregulares; Sistema de deslocamento frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freio hidráulico e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou tecnologia equivalente; Painel com indicador de carga da bateria; Bancos com cinto de segurança; Capacidade mínima para 1 (um) condutor, 1 (um) passageiros; chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor sólida clara, conforme padrão da Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador compatível incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.	R\$ 151.975,67	R\$ 303.951,34
2	65415	UND	2	Carro elétrico 4x4 para patrulhamento e apoio operacional - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Sistema elétrico alimentado por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade para 1 (um) condutor, 2 (dois) passageiros e 1 (uma) maca; Potência compatível com terrenos irregulares e aclives acentuados; Sistema frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou equivalente; Painel digital de instrumentos; Cintos de segurança em todos os assentos; Dispositivo de sinalização visual de emergência; Sistema auxiliar de manobra (câmera de ré ou equivalente); chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor institucional definida pela Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.	R\$ 157.809,00	R\$ 315.618,00
3	65416	UND	2	Carro elétrico 4x4 para atendimento emergencial / transporte com maca - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Propulsão elétrica por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade para 1 (um) condutor, 2 (dois) passageiros e 1 (uma) maca; Plataforma ou compartimento compatível com maca padrão; Sistema de fixação segura da maca; Sistema de deslocamento frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED; Painel de instrumentos com indicadores operacionais; Cintos de segurança; Dispositivo de sinalização visual de emergência; chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor clara associada a serviços de	R\$ 160.815,67	R\$ 321.631,34

Protocolo nº: 2973/2026

Pregão Eletrônico nº: 029/2026

Sistema de Registro de Preços nº: 021/2026

				saúde; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.		
4	65415	UND	2	Carro elétrico 4x4 para transporte de passageiros - Escolar - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Sistema elétrico alimentado por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade mínima para 8 ocupantes 1 (um) condutor, 7 (um) passageiros; Potência compatível com terrenos irregulares e aclives acentuados; Sistema frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou equivalente; Painel digital de instrumentos; Cintos de segurança em todos os assentos; Dispositivo de sinalização visual de emergência; Sistema auxiliar de manobra (câmera de ré ou equivalente); chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor institucional definida pela Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.	R\$ 139.216,67	R\$ 278.433,34
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 1.219.634,02</b>

6.9. Por se tratar de contratação a ser realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, os quantitativos estimados foram definidos com base em **projeções de necessidade**, não se configurando obrigação de contratação integral por parte da Administração.

6.9.1. A eventual **substituição de veículos utilitários atualmente existentes** nas Secretarias demandantes, quando comprovado, por meio de avaliação técnica, que a manutenção ou recuperação dos equipamentos em uso se mostre **inviável ou antieconômica**.

6.9.2. A **aquisição de novos veículos elétricos utilitários** para atendimento às demandas operacionais relacionadas às atividades de **coleta de resíduos sólidos e recicláveis, patrulhamento preventivo e apoio à segurança pública**, bem como **atendimento emergencial e transporte de pacientes**, conforme as atribuições institucionais das Secretarias envolvidas, especialmente na Ilha do Mel.

6.10. Os quantitativos registrados serão solicitados **à medida da necessidade**, durante a vigência da **Ata de Registro de Preços**, por meio de ordem de fornecimento, pelas seguintes Secretarias do Município de Paranaguá, conforme sua área de atuação:

- I – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca;
- II – Secretaria Municipal de Segurança Pública;
- III – Secretaria Municipal de Saúde;
- IV – Secretaria Municipal de Educação.

## 7. DA PUBLICIDADE DO ORÇAMENTO

O orçamento estimado da contratação será público, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sendo disponibilizado no edital e seus anexos.

A Administração opta pela transparência integral dos valores estimados, por entender que tal medida não compromete a competitividade do certame e contribui para maior controle e lisura do processo licitatório.

## 8. LOCAL DE ENTREGA

8.1. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca, na Avenida José Lobo, nº 223 – Oceania - Paranaguá – PR. Contato Telefone: 41 3721-1575 no horário das 08h30 às 11h30, 13h30 às 17h30.

#### **9. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA**

9.1. O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, valendo a data de publicação do extrato como termo da vigência.

#### **10. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

10.1. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa detentora do registro poderá ser convocada, a critério da Administração, para formalizar a contratação mediante instrumento hábil, tais como contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e na legislação vigente.

10.2. A formalização da contratação ocorrerá somente quando houver necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e financeira, não constituindo a Ata de Registro de Preços compromisso de aquisição por parte do Município de Paranaguá.

#### **11. DA GARANTIA CONTRATUAL**

11.1. Não será exigida garantia para fins de habilitação ou contratação, nos termos da legislação aplicável, considerando a natureza do objeto, o regime de fornecimento sob demanda e a adoção do Sistema de Registro de Preços.

#### **12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA E DOS FORNECIMENTOS**

12.1. A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos fornecimentos dela decorrentes serão realizadas em conformidade com o Decreto Municipal nº 683/2018, sendo designados servidores estáveis para o acompanhamento, verificação da conformidade, recebimento e fiscalização da execução, a saber:

**Fiscal Titular:**

Eduardo Romanio – Matrícula nº 12.816

**Fiscal Substituto:**

Alan Müller Mendonça Xavier – Matrícula nº 10.385

12.2. Compete aos fiscais acompanhar a execução dos fornecimentos, atestar o recebimento provisório e definitivo, comunicar irregularidades, solicitar providências à Administração e adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento das condições registradas.

#### **13. DAS CONDIÇÕES E DA FORMA DE PAGAMENTO**

13.1. Os pagamentos serão efetuados por fornecimento realizado, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica, devidamente detalhada e compatível com o objeto registrado, acompanhada da

respectiva **ordem de fornecimento, autorização ou instrumento equivalente**, após o **atesto do fiscal responsável** e da autoridade competente da Secretaria demandante, em conformidade com o **Decreto Municipal nº 683/2018**.

13.1.1. O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data do recebimento e atesto da Nota Fiscal/Fatura correta, por meio de **crédito em conta-corrente** indicada pelo fornecedor detentor da Ata de Registro de Preços em sua proposta de preços.

13.1.2. É de inteira responsabilidade do fornecedor a emissão da Nota Fiscal/Fatura em estrita conformidade com o objeto registrado, com o fornecimento realizado e com os dados constantes da Ata de Registro de Preços e da ordem de fornecimento.

13.1.3. Havendo divergência entre o objeto registrado, o fornecimento executado e a Nota Fiscal/Fatura apresentada, o documento será devolvido para correção, **ficando interrompido o prazo para pagamento**, que será reiniciado a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente regularizada, não sendo devida qualquer atualização financeira no período.

13.2. A Secretaria demandante reserva-se o direito de **não atestar a Nota Fiscal/Fatura** quando constatada a não conformidade dos bens fornecidos com as especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços ou da proposta vencedora.

13.3. O fornecedor deverá **manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos fornecimentos dela decorrentes** as condições de habilitação exigidas no certame, devendo, para fins de pagamento, apresentar a documentação fiscal e demais documentos exigidos no Edital e na legislação aplicável.

13.4. O fornecedor detentor do registro será convocado, quando houver necessidade administrativa, para **formalizar a contratação**, mediante assinatura de contrato, aceite de nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades cabíveis.

13.4.1. A recusa injustificada em formalizar a contratação ou em atender à ordem de fornecimento autoriza a Administração a **convocar os licitantes remanescentes**, observada a ordem de classificação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou a revogar o certame, conforme o caso.

13.4.2. A recusa injustificada ou a apresentação de justificativa não aceita pela Administração ensejará a **instauração de procedimento administrativo** para apuração de responsabilidade e eventual aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

13.5. As demais condições relativas ao pagamento obedecerão ao disposto no Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.

#### **14. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS BENS**

14.1. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, não reconicionados, não remanufaturados e entregues em perfeitas condições de funcionamento, devidamente acondicionados e protegidos para transporte, observadas as recomendações do fabricante, de modo a preservar sua integridade física e funcional até o local de entrega.

14.1.1. Os bens deverão ser entregues acompanhados de manual do fabricante, quando aplicável, bem como demais documentos técnicos exigidos pela legislação vigente.

14.2. Os bens deverão conter **identificação da marca comercial, modelo e fabricante**, de forma legível e permanente, compatível com as informações constantes da proposta vencedora e da Ata de Registro de Preços.

14.3. As informações originais do fabricante relativas ao produto ofertado **não poderão estar suprimidas, adulteradas ou ocultadas**, inclusive por meio de etiquetas ou qualquer outro artifício.

14.4. A entrega dos bens ocorrerá **mediante ordem de fornecimento ou instrumento equivalente**, emitido pela Secretaria demandante, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, observados os prazos estabelecidos no Edital.

14.5. O recebimento dos bens será realizado de forma **provisória**, no prazo de até **03 (três) dias úteis** após a entrega, para fins de conferência quantitativa e avaliação preliminar da conformidade com as especificações técnicas.

14.5.1. Caso sejam constatadas irregularidades, desconformidades ou não atendimento às especificações, o fornecedor será formalmente notificado e ficará obrigado a **promover a substituição ou correção**, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data da notificação.

14.6. O recebimento **definitivo** dos bens ocorrerá no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados da data da entrega, após a verificação completa da conformidade técnica, funcional e documental, nos termos do **Decreto Municipal nº 683/2018**.

14.7. O recebimento definitivo somente será formalizado após a constatação de que os bens entregues atendem integralmente às especificações constantes do Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

14.8. Caso, após o recebimento provisório ou definitivo, seja constatado que os bens foram entregues em desacordo com as especificações, com defeito, incompletos ou com vícios de fabricação, o fornecedor será notificado para saneamento, **não sendo atestada a Nota Fiscal**, ficando o pagamento suspenso até a regularização da situação.

14.9. Os bens poderão ser **recusados total ou parcialmente**, a critério da Administração, nas seguintes hipóteses:

14.9.1. Entrega em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta vencedora ou da Ata de Registro de Preços;

14.9.2. Constatação de que o bem ou qualquer de seus componentes não seja novo ou de primeiro uso;

14.9.3. Existência de defeitos de fabricação, falhas de funcionamento ou desempenho insatisfatório durante os testes de conformidade;

14.9.4. Incompatibilidade entre as informações declaradas pelo fornecedor e as características efetivamente apresentadas pelos bens entregues.

**14.10. A não substituição ou regularização dos bens recusados, no prazo estabelecido, será caracterizada como recusa de fornecimento, sujeitando o fornecedor às penalidades previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.**

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA / FORNECEDORA**

15.1. Efetuar a entrega dos bens **em perfeitas condições de uso e funcionamento**, no prazo, local e condições definidos na **ordem de fornecimento ou instrumento equivalente**, emitido pela Secretaria demandante, em estrita observância às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora, acompanhados da respectiva **Nota Fiscal/Fatura**, contendo de forma detalhada a marca, o fabricante, o modelo e a procedência.

15.2. Substituir, corrigir ou reparar, **sem qualquer ônus para a Administração**, os bens que vierem a ser recusados, apresentarem defeitos, avarias ou não atenderem às especificações técnicas, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

15.3. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos bens registrados, observando rigorosamente a legislação vigente, as condições do Edital e da Ata de Registro de Preços.

15.4. Manter, durante **toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos fornecimentos dela decorrentes**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

15.5. Arcar com todos os custos necessários à execução do fornecimento, incluindo, mas não se limitando a, despesas com transporte, carga e descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento.

15.5.1. A detentora da Ata declara-se responsável pelo cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, devendo manter-se regular perante os órgãos competentes, inclusive **INSS e FGTS**, quando aplicável.

15.6. Aceitar, nas mesmas condições registradas, eventuais **acréscimos ou supressões** que se fizerem necessários, observados os limites legais e as regras aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

15.7. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar o fornecimento dos bens, salvo nas hipóteses expressamente previstas no Edital ou autorizadas pela Administração.

15.8. Responder por quaisquer danos, prejuízos ou responsabilidades decorrentes da execução do fornecimento, inclusive por atrasos injustificados, salvo nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados e comunicados à Administração no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** da ocorrência.

15.9. A detentora da Ata deverá **agendar previamente a entrega** dos bens junto à Secretaria demandante, com **antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas**, contadas do recebimento da ordem de fornecimento.

15.9.1. O descumprimento do prazo de agendamento poderá ensejar a **recusa do recebimento** dos bens pela Administração até que o procedimento seja devidamente regularizado.

15.9.2. A detentora da Ata deverá comunicar formalmente ao órgão gerenciador ou à Secretaria demandante, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para entrega, eventual impossibilidade de cumprimento do prazo, apresentando a devida justificativa.

15.10. A detentora da Ata deverá **substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir**, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, os bens que apresentarem defeitos, avarias ou vícios de fabricação.

15.11. A detentora da Ata responderá por eventuais **danos ou prejuízos decorrentes da utilização dos bens fornecidos**, inclusive após o término da vigência da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente, quando caracterizada responsabilidade por vício, defeito ou falha de fornecimento.

15.12. Os bens fornecidos deverão obedecer rigorosamente:

15.12.1. Às normas, condições e especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, do Edital e da Ata de Registro de Preços;

15.12.2. Às prescrições, orientações e recomendações do fabricante.

15.13. As demais obrigações da detentora da Ata constam no Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO (CONTRATANTE)**

16.1. **Receber os bens fornecidos, por meio do fiscal designado, realizando a conferência quantitativa e qualitativa, verificando a conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na proposta vencedora, podendo recusá-los total ou parcialmente quando constatada qualquer desconformidade.**

16.2. Prestar à detentora da Ata de Registro de Preços as informações e os esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento das obrigações assumidas, sempre que formalmente solicitados.

16.3. Comunicar oficialmente à detentora da Ata qualquer irregularidade, falha ou descumprimento verificado durante a execução dos fornecimentos.

16.4. Notificar, por escrito, a detentora da Ata sobre o **não recebimento ou recusa dos bens**, indicando de forma clara e objetiva as razões da desconformidade em relação às especificações técnicas, ao Edital ou à proposta apresentada.

16.5. **Proporcionar as condições administrativas necessárias para que a detentora da Ata possa cumprir regularmente as obrigações decorrentes do Registro de Preços.**

#### **17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

17.1. PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, EMITIDO(S) POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, COMPROVANDO QUE A EMPRESA POSSUI EXPERIÊNCIA SATISFATÓRIA NO FORNECIMENTO DE BENS **COMPATÍVEIS OU SIMILARES AO OBJETO DA LICITAÇÃO**, EM QUANTITATIVO MÍNIMO CORRESPONDENTE A **50% (CINQUENTA POR CENTO)** DO OBJETO LICITADO, CONSIDERANDO A NATUREZA DO OBJETO, SEU USO OPERACIONAL CONTÍNUO E A NECESSIDADE DE CONFIABILIDADE TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS.

17.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter identificação do emitente, estar(em) em papel timbrado, com nome, cargo e telefone de contato do responsável pelas informações prestadas, não sendo aceitas declarações genéricas, catálogos, manuais ou documentos extraídos exclusivamente da internet.

17.3. A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR **CATÁLOGO TÉCNICO DO EQUIPAMENTO OFERTADO**, CONTENDO INFORMAÇÕES SUFICIENTES PARA ANÁLISE DAS ESPECIFICAÇÕES, BEM COMO **CERTIFICADO DE GARANTIA**, IMPRESSO EM LÍNGUA PORTUGUESA, INDEPENDENTEMENTE DA MARCA COTADA, DEMONSTRANDO ANUÊNCIA ÀS CONDIÇÕES E CLÁUSULAS PREVISTAS NO EDITAL.

#### **18. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

18.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências técnicas e demais condições estabelecidas no Edital.

18.2. Os licitantes deverão informar em suas propostas a **marca, modelo e demais características técnicas** dos bens ofertados, de forma clara e compatível com as especificações do Termo de Referência

### **19. DO MODO DE DISPUTA**

19.1. O modo de disputa adotado será o **ABERTO**, nos termos da legislação vigente aplicável ao Pregão Eletrônico.

### **20. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

20.1. A presente contratação **não utilizará recursos federais**, sendo custeada exclusivamente com recursos próprios do Município de Paranaguá.

### **21. DO PREÇO MÁXIMO E DO REAJUSTE**

21.1. O valor máximo estimado para o certame corresponde ao montante apurado na pesquisa de preços, conforme planilha anexa, servindo exclusivamente como **referência para julgamento das propostas**, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

21.2. Os preços registrados poderão ser reajustados ou revistos na forma da legislação vigente e conforme as disposições constantes no Edital e na Ata de Registro de Preços, quando cabível.

### **22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

22.1. Para os fins desta contratação, deverão ser prevenidas e combatidas práticas de corrupção, fraude, conluio, coerção e obstrução, nos termos da legislação aplicável, entendendo-se por:

- a) prática corrupta;
- b) prática fraudulenta;
- c) prática colusiva;
- d) prática coercitiva;
- e) prática obstrutiva.

22.2. A detentora da Ata de Registro de Preços estará sujeita às sanções previstas na legislação vigente caso seja constatado, a qualquer tempo, o envolvimento em práticas ilícitas relacionadas ao procedimento licitatório ou à execução dos fornecimentos.

### **23. DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

23.1. Os bens fornecidos deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, montagem ou desgaste excessivo.

23.2. A detentora da Ata deverá apresentar **certificado de garantia**, impresso em língua portuguesa, compatível com o prazo mínimo exigido.

23.3. Caso a licitante e o fabricante sejam pessoas distintas, deverá ser apresentado também o certificado de garantia emitido pelo fabricante.

23.4. Durante o período de garantia, a detentora da Ata obriga-se a **substituir ou reparar**, sem qualquer ônus para a Administração, os bens que apresentarem defeitos, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados da notificação.

23.5. Quando o prazo de reparo for excedido, o bem deverá ser **substituído por outro de igual ou superior desempenho**, até a solução definitiva.

23.6. A assistência técnica deverá assegurar atendimento tempestivo e eficaz, com prazo máximo para início do atendimento de até 48 horas após a abertura do chamado, admitida a comprovação por meio de rede credenciada, contrato de prestação de serviços ou estrutura própria, independentemente da localização física da empresa, considerando as características operacionais do Município de Paranaguá, inclusive suas áreas insulares e comunidades de difícil acesso.

23.6.1. Ressaltamos que a exigência não se destina a restringir a competitividade, mas a assegurar a efetiva manutenção dos equipamentos e a pronta resposta técnica, essenciais à adequada execução dos serviços públicos atendidos por esta contratação.

#### **24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

24.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, a serem indicadas **quando da emissão das respectivas ordens de fornecimento**, conforme disponibilidade orçamentária.

- 15.01 2135 449052 1000 ref. 781
- 15.01 2135 449052 1510 ref. 782
- 15.01 2135 449052 1501 ref. 1703
- 15.01 2135 449052 1898 ref. 1708
- 15.03 1014 449052 1000 ref. 790
- 15.03 1014 449052 1510 ref. 791
- 15.04 2136 449052 1510 ref. 796
- 15.05 2138 449052 1064 ref. 800

**Os respectivos Secretários Municipais que aderiram ao presente procedimento, abaixo subscritos, assinam digitalmente este documento.**

Paranaguá, 28 de abril de 2026

Marcio Luis Pedrero Vega

Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca

Francisco Leudomar Nobrega dos Santos  
Secretário Municipal de Segurança

Daniel Gustavo Giaretta Fangueiro  
Secretário Municipal de Saúde

Thiago Casas do Nascimento  
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral

## ANEXO II

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

#### 1. OBJETO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto subsidiar a contratação, por meio de **Sistema de Registro de Preços**, para futura e eventual aquisição de veículos elétricos utilitários com tração 4x4, destinados ao atendimento das demandas da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação**, vinculadas ao Município de Paranaguá, pelo período de **12 (doze) meses**, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E INTERESSE PÚBLICO

2.1. A contratação decorre da necessidade de aparelhamento adequado das Secretarias demandantes para execução de atividades essenciais, especialmente na **Ilha do Mel**, território de elevado valor ambiental, turístico e social, caracterizado por **restrições à circulação de veículos convencionais**, elevada circulação de pessoas e sensibilidade ambiental. A Ilha do Mel possui ocupação territorial dispersa, com comunidades situadas a consideráveis distâncias das unidades municipais de segurança, saúde e escolares. Relacionado ao deslocamento de crianças até a escola, atualmente realizado a pé impõe às crianças percursos extensos, por vias arenosas e não pavimentadas, sob exposição a intempéries e riscos inerentes ao trajeto.

2.2. A necessidade abrange:

- apoio às **atividades de coleta de resíduos sólidos e recicláveis**, em áreas com limitações logísticas;
- **patrulhamento preventivo, fiscalização e ordenamento urbano**, realizados pela Guarda Municipal;

- **atendimento emergencial e transporte de pacientes**, suprimindo limitações de acesso enfrentadas por ambulâncias convencionais.
- **atendimento de transporte Escolar de alunos**, suprimindo o transporte dos alunos nas longas distâncias dentro do território da Ilha do Mel.

2.3. Os veículos elétricos utilitários 4x4 mostram-se tecnicamente adequados por apresentarem **baixo impacto ambiental, ausência de emissões atmosféricas, baixo nível de ruído**, além de capacidade operacional compatível com terrenos irregulares e áreas sensíveis, atendendo às peculiaridades da Ilha do Mel e de outras localidades com restrições similares.

2.4. A solução proposta está alinhada aos princípios do **interesse público, sustentabilidade, eficiência administrativa, planejamento e economicidade**, promovendo melhoria na prestação dos serviços públicos essenciais e maior capacidade de resposta da Administração Municipal.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os veículos elétricos utilitários 4x4 são classificados como **bens comuns**, uma vez que possuem especificações usuais de mercado, padrões de desempenho, qualidade e características técnicas objetivamente definidas no Termo de Referência.

3.2. Dessa forma, a contratação é compatível com a modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e da regulamentação municipal aplicável.

### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Foi realizado levantamento de mercado mediante pesquisa de preços junto a fornecedores, análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos e consulta a referências de mercado, observando-se os critérios de **razoabilidade, compatibilidade e economicidade**.

4.2. Além de pesquisa de mercado junto a fornecedores, para fins de composição da estimativa de preços, foram realizadas pesquisas junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (Compras.gov.br) e a outros portais oficiais de contratações públicas, com o objetivo de identificar Atas de Registro de Preços vigentes compatíveis com o objeto pretendido.

4.2.1. Contudo, **não foram localizadas Atas de Registro de Preços que apresentassem aderência técnica suficiente às especificações definidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência**, especialmente quanto às características funcionais e técnicas dos veículos elétricos utilitários 4x4 pretendidos. As Atas eventualmente identificadas tratam de objetos distintos ou com especificações incompatíveis, o que inviabiliza sua utilização como parâmetro seguro para a estimativa de preços.

4.2.2. Diante disso, a estimativa foi elaborada com base em **pesquisa de mercado específica**, realizada junto a fornecedores do ramo, observando-se os critérios de compatibilidade técnica, razoabilidade e

economicidade, em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de planejamento das contratações públicas.

4.3. Constatou-se que a solução adotada – veículos elétricos utilitários 4x4 – é amplamente utilizada por administrações públicas em áreas ambientais sensíveis, com oferta suficiente no mercado nacional, o que assegura **competitividade, padronização e viabilidade da contratação**.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. Os quantitativos estimados totalizam **08 (oito) veículos elétricos utilitários 4x4**, distribuídos conforme as necessidades das Secretarias demandantes, sendo:

- \* veículos para transporte de carga e apoio à limpeza urbana;
- \* veículos para patrulhamento e apoio operacional;
- \* veículos para atendimento emergencial e transporte de pacientes;
- \* veículos para transporte de Escolar.

5.2. As quantidades possuem caráter **meramente estimativo**, não gerando obrigação de contratação integral, podendo a Administração adquirir os bens de forma **parcelada ou eventual**, conforme necessidade, conveniência e disponibilidade orçamentária.

## 6. ESTIMATIVA DE VALORES

6.1. A estimativa de preços foi elaborada com base na metodologia de “cesta de preços” e no âmbito do Sistema de Registro de Preços, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, bem como com as boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle.

Para a composição da estimativa, foram consideradas múltiplas fontes de pesquisa, incluindo:

- ➔ cotações diretas com fornecedores do ramo;
- ➔ consulta a portais oficiais de contratações públicas, especialmente o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- ➔ análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos, quando tecnicamente compatíveis.

As fontes consultadas foram selecionadas com base em critérios de pertinência, atualidade e compatibilidade técnica com o objeto pretendido.

Diante das características específicas dos veículos elétricos utilitários 4x4, verificou-se limitação na disponibilidade de contratações públicas diretamente comparáveis, razão pela qual a estimativa foi predominantemente fundamentada em pesquisa de mercado junto a fornecedores especializados.

O valor estimado foi obtido a partir da média dos preços coletados, após análise crítica das propostas, desconsiderando valores manifestamente inexequíveis ou discrepantes, quando aplicável.

## 6.2. DAS DILIGÊNCIAS REALIZADAS

Foram realizadas diligências com o objetivo de identificar parâmetros de mercado e contratações públicas similares, incluindo:

- consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- verificação de Atas de Registro de Preços vigentes;
- pesquisa em portais oficiais de compras públicas.

Contudo, não foram identificadas contratações plenamente compatíveis com as especificações técnicas do objeto, especialmente no que se refere à tração 4x4 e às características operacionais exigidas.

Registra-se, portanto, a realização de tentativas de obtenção de referências públicas, ainda que infrutíferas quanto à aderência técnica, o que justifica a adoção de pesquisa direta com fornecedores como principal fonte de formação da estimativa de preços.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução consiste na **aquisição, sob demanda**, de veículos elétricos utilitários 4x4, novos, zero quilômetro, com garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

7.2. A contratação será realizada por **Pregão Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços**, por se tratar de fornecimento parcelado e destinado a mais de um órgão da Administração Municipal, nos termos do **Decreto Municipal nº 816/2018**.

7.3. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, assegurando ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada, pois:

- permite fornecimento conforme a demanda efetiva;
- evita contratações desnecessárias ou antecipadas;
- proporciona melhor planejamento orçamentário;
- atende simultaneamente a diferentes Secretarias.

## 9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

9.1. Não há necessidade de providências específicas prévias à contratação, além da regular instrução processual. A gestão e fiscalização serão realizadas por servidores designados, conforme previsto no Termo de Referência e no Decreto Municipal nº 683/2018.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes necessárias à execução do objeto.

## 11. IMPACTOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE

11.1. A contratação possui impacto ambiental **positivo**, considerando a substituição de veículos convencionais por veículos elétricos, reduzindo emissões de poluentes, ruídos e impactos em áreas sensíveis.

11.2. Entretanto, destaca-se a necessidade de análise do ciclo de vida dos componentes utilizados, especialmente das baterias, que podem gerar impactos ambientais caso não sejam devidamente gerenciadas.

Dessa forma, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- adoção de práticas de manutenção preventiva para prolongamento da vida útil dos equipamentos;
- destinação ambientalmente adequada das baterias ao final de sua vida útil;
- responsabilidade do fornecedor quanto à logística reversa, quando aplicável;
- utilização racional dos recursos energéticos.

Diante disso, conclui-se que a solução apresenta impacto ambiental positivo, desde que observadas as medidas mitigadoras acima descritas.

## 12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1. Com base nas informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é **tecnicamente viável, economicamente vantajosa e juridicamente adequada**, atendendo ao interesse público, às necessidades operacionais das Secretarias envolvidas e aos princípios que regem as contratações públicas.

## 13. ANÁLISE COMPARATIVA DE ALTERNATIVAS

Para atendimento da demanda, foram analisadas as seguintes alternativas:

- I. Utilização de veículos a combustão: Apresenta limitações quanto à circulação em áreas ambientalmente sensíveis, maior impacto ambiental, emissão de poluentes e ruídos, além de restrições operacionais na Ilha do Mel.

- II. Utilização de veículos elétricos com tração 4x2: Apesar de ambientalmente adequados, apresentam limitação de desempenho em terrenos arenosos, aclives e áreas de difícil acesso.
- III. Aquisição de veículos elétricos utilitários com tração 4x4 (**SOLUÇÃO ADOTADA**): apresenta maior eficiência operacional, melhor desempenho em terrenos irregulares, menor impacto ambiental e plena adequação às condições da Ilha do Mel.

Sob o ponto de vista econômico, a solução adotada também se mostra mais vantajosa, considerando a redução de custos com combustível, menor necessidade de manutenção mecânica e maior vida útil operacional dos equipamentos.

Diante da análise técnica e econômica, conclui-se que a solução adotada é a mais vantajosa para a Administração.

#### 14. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos:

- α) **requisitos técnicos:** veículos elétricos com tração 4x4, autonomia mínima compatível com a jornada operacional, capacidade de carga adequada e resistência para uso contínuo;
- β) **requisitos funcionais:** aptidão para operação em terrenos arenosos, irregulares e áreas de difícil acesso;
- χ) **requisitos operacionais:** facilidade de recarga, manutenção simplificada e disponibilidade de assistência técnica;
- δ) **requisitos de sustentabilidade:** redução de emissão de poluentes, baixo nível de ruído e compatibilidade com áreas ambientalmente sensíveis.

#### 15. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução compreende não apenas a aquisição dos veículos elétricos, mas também sua plena operacionalização, contemplando:

- disponibilização de pontos de recarga nas unidades operacionais;
- utilização da rede elétrica existente, com eventuais adequações de baixa complexidade;
- capacitação básica dos operadores para utilização e conservação dos equipamentos;
- definição de fluxo de manutenção preventiva e corretiva;
- garantia de assistência técnica por parte do fornecedor;
- logística de utilização nas áreas atendidas, especialmente na Ilha do Mel.

A solução mostra-se plenamente viável sob o ponto de vista técnico e operacional.

## **16. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS**

O quantitativo estimado foi definido com base em critérios técnicos e operacionais, considerando:

- a extensão territorial da Ilha do Mel;
- a divisão geográfica entre as localidades de Nova Brasília e Encantadas;
- a necessidade de atendimento simultâneo das demandas operacionais;
- a inexistência de frota adequada atualmente disponível;
- a necessidade de garantir continuidade dos serviços públicos essenciais.

Dessa forma, o quantitativo de 08 (oito) veículos foi definido como suficiente para atendimento das demandas das Secretarias envolvidas, garantindo eficiência operacional sem excesso de aquisição.

Adicionalmente, a distribuição dos quantitativos foi estruturada da seguinte forma:

- 02 veículos destinados à SEMMADESP (transporte de carga e apoio à limpeza urbana);
- 02 veículos destinados à Secretaria de Segurança (patrulhamento);
- 02 veículos destinados à Secretaria de Saúde (atendimento emergencial);
- 02 veículos destinados à Secretaria de Educação (transporte escolar).

Tal distribuição permite atendimento simultâneo das demandas, evitando ociosidade e garantindo eficiência operacional.

## **17. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a contratação, espera-se:

- aumento da eficiência na prestação dos serviços públicos;
- melhoria da logística operacional das Secretarias;
- redução de custos operacionais a médio e longo prazo;
- maior agilidade no atendimento à população;
- redução de impactos ambientais;
- melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

A contratação contribui diretamente para a economicidade e eficiência administrativa.

## **18. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS**

Embora a solução apresente impactos ambientais significativamente reduzidos em comparação a veículos convencionais, destaca-se a necessidade de considerar o ciclo de vida das baterias utilizadas.

Dessa forma, deverão ser observadas as seguintes medidas:

- destinação ambientalmente adequada das baterias ao final de sua vida útil;
- responsabilidade do fornecedor quanto à logística reversa, quando aplicável;
- adoção de práticas de manutenção preventiva para prolongamento da vida útil dos equipamentos;
- utilização racional dos recursos energéticos.

Ressalta-se que, de forma geral, a solução apresenta impacto ambiental positivo, contribuindo para a redução de emissões de poluentes e preservação de áreas sensíveis.

#### **19. DO ORÇAMENTO ESTIMADO E SUA PUBLICIDADE**

Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá optar pelo caráter sigiloso do orçamento estimado, quando entender que sua divulgação possa comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa.

No presente caso, opta-se pela **NÃO adoção do orçamento sigiloso**, de modo que os valores estimados da contratação serão divulgados no edital, em observância aos princípios da transparência, publicidade e controle social.

A decisão fundamenta-se no fato de que a divulgação dos valores estimados não compromete a competitividade do certame, considerando a existência de mercado fornecedor estruturado e a natureza do objeto, sendo mais vantajosa a ampla publicidade dos parâmetros adotados pela Administração.

Paranaguá, 28 de abril de 2026

**ANEXO III**

**RELAÇÃO DE ITENS, QUANTITATIVOS E DISTRIBUIÇÃO**

ITEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO
1	65414	UND	2	Carro elétrico utilitário 4x4 para transporte de carga Tipo Gaiola - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Propulsão elétrica por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas por recarga; Capacidade mínima de carga da Gaiola: 1.000 kg; Potência compatível com operação em aclives e terrenos irregulares; Sistema de deslocamento frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freio hidráulico e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou tecnologia equivalente; Painel com indicador de carga da bateria; Bancos com cinto de segurança; Capacidade mínima para 1 (um) condutor, 1 (um) passageiros; chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor sólida clara, conforme padrão da Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador compatível incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.
2	65415	UND	2	Carro elétrico 4x4 para patrulhamento e apoio operacional - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Sistema elétrico alimentado por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade para 1 (um) condutor, 2 (dois) passageiros e 1 (uma) maca; Potência compatível com terrenos irregulares e aclives acentuados; Sistema frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou equivalente; Painel digital de instrumentos; Cintos de segurança em todos os assentos; Dispositivo de sinalização visual de emergência; Sistema auxiliar de manobra (câmera de ré ou equivalente); chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor institucional definida pela Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.
3	65416	UND	2	Carro elétrico 4x4 para atendimento emergencial / transporte com maca - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Propulsão elétrica por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade para 1 (um) condutor, 2 (dois) passageiros e 1 (uma) maca; Plataforma ou compartimento compatível com maca padrão; Sistema de fixação segura da maca; Sistema de deslocamento frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED; Painel de instrumentos

Protocolo nº: 2973/2026

Pregão Eletrônico nº: 029/2026

Sistema de Registro de Preços nº: 021/2026

				com indicadores operacionais; Cintos de segurança; Dispositivo de sinalização visual de emergência; chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor clara associada a serviços de saúde; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.
4	65415	UND	2	Carro elétrico 4x4 para transporte de passageiros - Escolar - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Sistema elétrico alimentado por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade mínima para 8 ocupantes 1 (um) condutor, 7 (um) passageiros; Potência compatível com terrenos irregulares e aclives acentuados; Sistema frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou equivalente; Painel digital de instrumentos; Cintos de segurança em todos os assentos; Dispositivo de sinalização visual de emergência; Sistema auxiliar de manobra (câmera de ré ou equivalente); chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor institucional definida pela Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.

## DISTRIBUIÇÃO

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO ILHA DO MEL
1	2	Carro elétrico utilitário 4x4 para transporte de carga Tipo Gaiola - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Propulsão elétrica por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas por recarga; Capacidade mínima de carga da Gaiola: 1.000 kg; Potência compatível com operação em aclives e terrenos irregulares; Sistema de deslocamento frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freio hidráulico e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou tecnologia equivalente; Painel com indicador de carga da bateria; Bancos com cinto de segurança; Capacidade mínima para 1 (um) condutor, 1 (um) passageiros; chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor sólida clara, conforme padrão da Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador compatível incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.	1 – BRASÍLIA 1 – ENCANTADAS
2	2	Carro elétrico 4x4 para patrulhamento e apoio operacional - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Sistema elétrico alimentado por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade para 1 (um) condutor, 2 (dois) passageiros e 1 (uma) maca; Potência compatível com terrenos irregulares e aclives acentuados; Sistema frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou equivalente; Painel digital de instrumentos; Cintos de segurança em todos os assentos; Dispositivo de sinalização visual de emergência; Sistema auxiliar de manobra (câmera de ré ou equivalente); chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor institucional definida pela Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.	1 – BRASÍLIA 1 – ENCANTADAS

Protocolo nº: 2973/2026

Pregão Eletrônico nº: 029/2026

Sistema de Registro de Preços nº: 021/2026

3	2	Carro elétrico 4x4 para atendimento emergencial / transporte de maca - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Propulsão elétrica por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade para 1 (um) condutor, 2 (dois) passageiros e 1 (uma) maca; Plataforma ou compartimento compatível com maca padrão; Sistema de fixação segura da maca; Sistema de deslocamento frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED; Painel de instrumentos com indicadores operacionais; Cintos de segurança; Dispositivo de sinalização visual de emergência; chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor clara associada a serviços de saúde; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.	1 – BRASÍLIA 1 – ENCANTADAS
4	2	Carro elétrico 4x4 para transporte de passageiros - Escolar - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Sistema elétrico alimentado por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade mínima para 8 ocupantes 1 (um) condutor, 7 (um) passageiros; Potência compatível com terrenos irregulares e aclives acentuados; Sistema frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou equivalente; Painel digital de instrumentos; Cintos de segurança em todos os assentos; Dispositivo de sinalização visual de emergência; Sistema auxiliar de manobra (câmera de ré ou equivalente); chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor institucional definida pela Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.	1 – BRASÍLIA 1 – ENCANTADAS

1. Segundo entendimento exarado pelo TCU, a publicação do Estudo Técnico Preliminar não é obrigatória.  
**TCU, Acórdão nº 2.273/2024, do Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, j. em 23.10.2024**

## ANEXO IV

### MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

**Objeto:** Registro de Preços para aquisição de veículos elétricos utilitários, incluindo unidades destinadas ao transporte escolar na Ilha do Mel.

#### 1. Metodologia

A gestão de riscos foi realizada com base em identificação, análise e tratamento dos eventos que possam impactar o sucesso da contratação, considerando as fases de:

- Planejamento;
- Seleção do fornecedor;
- Gestão contratual.

A classificação adotada observa:

Probabilidade (P):	Impacto (I):	Nível de Risco (NR): P x I
• Baixa (1)	• Baixo (1)	• 1 a 2: Baixo
• Média (2)	• Médio (2)	• 3 a 4: Médio

Protocolo nº: 2973/2026

Pregão Eletrônico nº: 029/2026

Sistema de Registro de Preços nº: 021/2026

• Alta (3)

• Alto (3)

• 6 a 9: Alto

## 2. Matriz de Riscos

### 2.1. Fase de Planejamento

ID	Risco	Causa	Consequência	P	I	NR	Classificação	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas	Responsável
01	Especificação restritiva	Exigências excessivas	Restrição à competitividade	2	3	6	Alto	Especificação funcional e justificativa técnica	Revisão do TR	Equipe de Planejamento
02	Preço estimado inadequado	Pesquisa insuficiente	Licitação fracassada ou sobrepreço	2	3	6	Alto	Pesquisa com múltiplas fontes	Atualização da estimativa	Setor de Compras
03	Ausência de atas compatíveis	Especificidade do objeto	Fragilidade na formação de preços	2	2	4	Médio	Justificativa formal no processo	Complementação da pesquisa	Equipe de Planejamento

### 2.2. Fase de Seleção do Fornecedor

ID	Risco	Causa	Consequência	P	I	NR	Classificação	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas	Responsável
04	Baixa competitividade	Mercado restrito	Poucas propostas válidas	2	3	6	Alto	Ampla divulgação	Republicação do edital	Pregoeiro
05	Impugnação ao edital	Falhas técnicas/jurídicas	Atraso no certame	2	2	4	Médio	Revisão jurídica prévia	Ajuste do edital	Setor Jurídico
06	Proposta inexecutável	Preço abaixo do mercado	Inexecução contratual	2	3	6	Alto	Análise de executabilidade	Desclassificação	Pregoeiro

### 2.3. Fase de Execução Contratual

ID	Risco	Causa	Consequência	P	I	NR	Classificação	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas	Responsável
07	Atraso na entrega	Problemas logísticos	Prejuízo ao serviço público	2	2	4	Médio	Definição de prazo e penalidades	Aplicação de sanções	Fiscal do Contrato
08	Inadequação dos	Especificação	Impossibilidade	1	3	3	Médio	Exigência	Recusa no	Fiscal do

Protocolo nº: 2973/2026

Pregão Eletrônico nº: 029/2026

Sistema de Registro de Preços nº: 021/2026

ID	Risco	Causa	Consequência	P	I	NR	Classificação	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas	Responsável
09	veículos	insuficiente	de uso					técnica clara	recebimento	Contrato
	Falha na assistência técnica	Ausência de suporte	Paralisação dos veículos	2	3	6	Alto	Definição de SLA no TR	Aplicação de penalidades	Fiscal do Contrato
10	Problemas operacionais na Ilha	Logística local	Baixa eficiência do serviço	3	2	6	Alto	Planejamento operacional	Ajustes na execução	Secretaria Demandante
11	Baixa autonomia das baterias	Especificação inadequada	Interrupção do serviço	2	2	4	Médio	Definição de autonomia mínima	Readequação operacional	Fiscal do Contrato
12	Interrupção do transporte escolar	Falha mecânica	Prejuízo aos alunos	1	3	3	Médio	Manutenção preventiva	Uso de solução alternativa	Secretaria Demandante
13	Uso indevido dos veículos	Falha de controle	Desvio de finalidade	1	2	2	Baixo	Controle de uso	Apuração administrativa	Gestão da Frota
14	Infraestrutura de recarga insuficiente	Planejamento inadequado	Inoperância dos veículos	1	2	2	Baixo	Verificação prévia	Adequação da estrutura	Secretaria Demandante

### 3. Monitoramento e Revisão

O gerenciamento dos riscos será contínuo, com atuação do fiscal do contrato e da unidade demandante, mediante:

- \* registro de ocorrências relevantes;
- \* acompanhamento da execução contratual;
- \* revisão das medidas de mitigação, quando necessário.

### 4. Conclusão

**Os riscos identificados foram devidamente analisados e possuem medidas de controle suficientes para sua mitigação, não representando impedimento à realização da contratação, desde que observadas as condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.**

**ANEXO V**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:**

**1.1. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

A documentação de habilitação referida neste Capítulo do Título II da Lei Federal nº 14.133, de 2021 poderá ser:

- a) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;
- b) dispensada, total ou parcialmente, nos termos do inciso III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

No caso do item b deverá ser anexada aos autos a motivação visando demonstrar a adequação para a dispensa total ou parcial de documentos de habilitação, considerando que tal opção poderá impactar na aferição da aptidão dos futuros licitantes.

**1.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**1.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1.** O fornecedor deverá encaminhar:

**1.4.1.1.** para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.5. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1.** Apresentar 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

**1.5.1.1.** Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de veículos elétricos utilitários 4x4, em quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento), em relação a quantidade de bens exigida para cada item.

**1.5.1.2.** Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

**1.5.1.3.** Conforme estabelece o artigo 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

**1.5.2.** Para fins de qualificação técnica a empresa interessada deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **catálogo técnico do equipamento ofertado**, contendo informações suficientes para análise das especificações, bem como **certificado de garantia**, impresso em língua portuguesa, independentemente da marca cotada, demonstrando anuência às condições e cláusulas previstas no Edital.

**1.6. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo VIII).**

**1.7. COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de declaração escrita**, conforme modelo constante do **Anexo XV**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução nº 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 2.474, de 2015).

**1.7.1.** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.7.1.1.** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**1.8.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.9.** Na hipótese constante do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.10.** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.11.** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela Matriz, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

**ANEXO VI**

**MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 029 - Ano: 2026**

**DADOS DO FORNECEDOR**

Fornecedor:			
CNPJ/CPF:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			
Bairro:			
CEP:		Cidade:	Estado:
Telefone:		Fax:	e-mail:
Banco:	Agência:	Conta corrente:	

Constitui objeto desta licitação: **Aquisição de Veículos Elétricos Utilitários 4x4, em atendimento a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca, Secretaria Municipal de Segurança, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.**

**1. Especificações técnicas:**

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
--------	-----------	------------	----------------	-------------

Protocolo nº: 2973/2026

Pregão Eletrônico nº: 029/2026

Sistema de Registro de Preços nº: 021/2026

Item 1				
--------	--	--	--	--

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS nº 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1. As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2. Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

**ANEXO VII**

### **MODELO DE PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: XX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXXXXXXXXXX XX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XX, nº XXXXXX, Cidade XXXXXXXXXXXXXXXX, Estado XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO:

XX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, e do CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XX, nº XXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico nº 029/2026, podendo para tanto

protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

---

OUTORGANTE

## ANEXO VIII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DE REGRAS CONTIDAS NO EDITAL

(timbre ou identificação do licitante)

XX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

#### 1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

**1.1.** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

## **2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

## **3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

## **4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

## **5. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Que sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ☐ MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ☐ MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ☐ COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Ou**

- ☐ Não se aplica ou não se enquadra neste item 5.

## **6. DECLARAÇÃO LGPD**

Que para os fins deste, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;

**1.8.** número de telefone;

**1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;

**1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

**2.** Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

**3.** O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome do representante legal

## ANEXO IX

### ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

COD. ÓRGÃO	SIGLA DO ÓRGÃO	NOME DO ÓRGÃO
10	SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
11	SEMEDI	Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral
20	SEMSEG	Secretaria Municipal de Segurança
40	SEMMADESP	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca

Os endereços das Secretarias para entregas podem ser consultados no sítio oficial do município de Paranaguá: <https://www.paranagua.pr.gov.br/endereco-secretarias.pdf>



**ANEXO X**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

<b>PROCESSO LICITATÓRIO Nº</b>	<b>PROTOCOLO Nº</b>
<b>DATA DE PUBLICAÇÃO:</b>	<b>VALIDADE DA ATA:</b>

O Município de Paranaguá, localizado Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá/Paraná, aqui representado pelos que abaixo infra-assinado, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto nº 4.319/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº 029/2026, homologado pelas autoridades competentes, para a futura e a eventual **Aquisição de Veículos Elétricos Utilitários 4x4**, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VIII), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual **Aquisição de Veículos Elétricos Utilitários 4x4**, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto nº 4.319/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

<b>COD. ÓRGÃO</b>	<b>SIGLA DO ÓRGÃO</b>	<b>NOME DO ÓRGÃO</b>
10	SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde
11	SEMEDI	Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral
20	SEMSEG	Secretaria Municipal de Segurança
40	SEMMADESP	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:**

2.1. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

**LOTE 01** – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

<b>Lote/Item</b>	<b>Descrição do objeto</b>	<b>Exigências complementares</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Preço Unitário Registrado</b>	<b>Validade da Ata</b>
Item 1						

**CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 12 (doze) meses, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

#### **CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR**

4.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

5.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Municipal nº 4.319/2023, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Municipal.

5.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

5.1.2. A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 12 (doze) meses desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2. O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR**

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2. No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3. O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1. pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto nº 4.319/2023.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO**

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Portal da transparência (Licitações) e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

9.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

- 9.1.1. assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
- 9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
- 9.1.3. manter as condições de habilitação;
- 9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, durante a vigência da presente ata.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

- 10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
- 10.2. emitir a ordem de compra no sistema próprio, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
- 10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
- 10.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
- 10.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;
- 10.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios, quando couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES**

11. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto nº 4.319/2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA**

12. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Paranaguá – Estado do Paraná.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**

14.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios do estado Paraná, conforme o disposto no § 1º do art. 298 do Decreto nº 4.319/2023.

14.2. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal oficial do município [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

15. O Pregão Eletrônico nº 029/2026 é realizado pela Pregoeira Cristiane dos Santos Zella, designada pelo Decreto nº 1.203/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente Ata, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

\_\_\_\_\_  
NOME DO SECRETÁRIO(A)  
Secretário(a) Municipal de(o) .....

\_\_\_\_\_  
NOME DO ARREMATANTE  
NOME DO REPRESENTANTE

**ANEXO XI**

**CADASTRO DE RESERVA**

**PROCESSO LICITATÓRIO PE 029/2026 - RP 021/2026**

**PROTOCOLO XX.XXX.XXX-XX**

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ XXXXXX	XXXXXX	
X	R\$ XXXXXX	XXXXXX	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ XXXXXX	XXXXXX	
X	R\$ XXXXXX	XXXXXX	

**ANEXO XII**

**MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXX]**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, neste ato representado pelo(s) Secretário(s) Municipais que abaixo infra-assina(m).

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 4.319/2023; pelo edital do Pregão Eletrônico nº 029/2026 (protocolo nº XXXXXXXX) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1. OBJETO:**

**Aquisição de Veículos Elétricos Utilitários 4x4**, conforme descrito no Termo de Referência.

ITEM	CÓD	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	65414	UND	2	Carro elétrico utilitário 4x4 para transporte de carga Tipo Gaiola - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Propulsão elétrica por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas por recarga; Capacidade mínima de carga da Gaiola: 1.000 kg; Potência compatível com operação em aclives e terrenos irregulares; Sistema de deslocamento frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freio hidráulico e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou tecnologia equivalente; Painel com indicador de carga da bateria; Bancos com cinto de segurança; Capacidade mínima para 1 (um) condutor, 1 (um) passageiros; chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor sólida clara, conforme padrão da Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador compatível incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.		
2	65415	UND	2	Carro elétrico 4x4 para patrulhamento e apoio operacional - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Sistema elétrico alimentado por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade para 1 (um) condutor, 2 (dois) passageiros e 1 (uma) maca; Potência compatível com terrenos irregulares e aclives		

Protocolo nº: 2973/2026

Pregão Eletrônico nº: 029/2026

Sistema de Registro de Preços nº: 021/2026

				acentuados; Sistema frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou equivalente; Painel digital de instrumentos; Cintos de segurança em todos os assentos; Dispositivo de sinalização visual de emergência; Sistema auxiliar de manobra (câmera de ré ou equivalente); chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor institucional definida pela Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.		
3	65416	UND	2	Carro elétrico 4x4 para atendimento emergencial / transporte com maca - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Propulsão elétrica por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade para 1 (um) condutor, 2 (dois) passageiros e 1 (uma) maca; Plataforma ou compartimento compatível com maca padrão; Sistema de fixação segura da maca; Sistema de deslocamento frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED; Painel de instrumentos com indicadores operacionais; Cintos de segurança; Dispositivo de sinalização visual de emergência; chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor clara associada a serviços de saúde; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.		
4	65415	UND	2	Carro elétrico 4x4 para transporte de passageiros - Escolar - Especificações mínimas: Tração integral (4x4); Sistema elétrico alimentado por baterias recarregáveis; 2 motores de no mínimo 5000w cada; Autonomia mínima de 6 (seis) horas; Capacidade mínima para 8 ocupantes 1 (um) condutor, 7 (um) passageiros; Potência compatível com terrenos irregulares e aclives acentuados; Sistema frente e ré; Acelerador eletrônico; Sistema de freios hidráulicos e freio de estacionamento; Suspensão dianteira e traseira; Rodas com aro mínimo de 14"; Iluminação frontal em LED ou equivalente; Painel digital de instrumentos; Cintos de segurança em todos os assentos; Dispositivo de sinalização visual de emergência; Sistema auxiliar de manobra (câmera de ré ou equivalente); chassi em aço galvanizado com tratamento antiferrugem; para-brisa em acrílico; teto com iluminação em LED; carroceria em fibra; Pintura em cor institucional definida pela Administração; adesivagem institucional a definir; Carregador incluso; Garantia mínima de 12 (doze) meses.		
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$</b>

## 2. FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 029/2026, objeto do processo administrativo nº 2.973/2026, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial dos Municípios nº XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

### 3. FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1. Os bens deverão ser fornecidos, conforme descrito no Termo de Referência.

### 4. PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1. O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2. O valor total do contrato é de **R\$ 1.219.634,02 (Um milhão duzentos e dezenove mil seiscientos e trinta e quatro reais e dois centavos)**.

4.3. No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

### 5. DO REAJUSTE

5.1. Os preços contratados serão reajustados após o transcurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, na forma do art. 5º da Lei 10.192/2001, utilizando-se o IPCA/IBGE como índice de atualização, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

### 6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 4.319/2023.

6.2. A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto nº 4.319/2023.

6.3. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

### 7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1. Os bens deverão ser entregues na secretaria solicitante, nos endereços constantes do Anexo IX, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

**7.2.** O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

**7.3.** O recebimento definitivo será feito no prazo de até 15 (quinze) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

**7.4.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **8. FONTE DE RECURSOS:**

**8.1.** As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 15.01 2135 449052 1000 ref. 781
- 15.01 2135 449052 1510 ref. 782
- 15.01 2135 449052 1501 ref. 1703
- 15.01 2135 449052 1898 ref. 1708
- 15.03 1014 449052 1000 ref. 790
- 15.03 1014 449052 1510 ref. 791
- 15.04 2136 449052 1510 ref. 796
- 15.05 2138 449052 1064 ref. 800

## **9. VIGÊNCIA:**

**9.1.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art.299 do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

## **10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

**10.1.** São obrigações do Contratado:

**10.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4.** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.5.** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6.** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7.** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.8.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver;

**10.1.9.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2.** retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3.** aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.1.11.** adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

**10.1.11.1.** Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

**10.1.11.2.** Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**10.1.11.3.** Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**10.1.11.4.** Os bens não conterão substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**10.2.** São obrigações do Contratante:

**10.2.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4.** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6.** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

**10.2.7.** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

**10.2.8.** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9.** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10.** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11.** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## **11. FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente de sua titularidade.

**11.3.** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso a multa não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**12.1.** Para o presente certame, conforme facultado pelo art. 96 da Lei nº 14.133/2021, dada a natureza do objeto fornecido, sua baixa complexidade, o baixo risco associado e o fato da entrega do bem ser imediata, o que configura o atendimento ao cumprimento da obrigação, conforme descrito no Art. 95, §2º da Lei 14.133/21, **não será exigida garantia de execução.**

## **13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS OU GARANTIA TÉCNICA**

**13.1.** A não exigência de garantia financeira não isenta a Contratada da responsabilidade pela garantia de qualidade dos produtos. Fica estabelecido o prazo de garantia de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, excetuando-se os itens que possuem prazo específico superior em sua descrição técnica.

13.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

13.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

13.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

13.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 4.319/2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Municipal nº 4.319/2023;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Municipal nº 4.319/2023;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Municipal nº 4.319/2023;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Municipal 4.319/2023.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto nº 4.319/2023, e na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

14.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 4.319/2023.

14.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10. As multas previstas no edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública municipal.

## **15. CASOS DE EXTINÇÃO:**

15.1. O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3. por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4. O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

## **16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

16.1. Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas através de termo aditivo ao contrato.

16.5. Não será admitida a subcontratação do fornecimento, excetuando-se os serviços de instalação e montagem dos móveis quando necessário.

16.6. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

## **17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

17.1. O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos Bens especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Municipal nº 6.474, de 2020.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Municipal nº 6.474, de 2020.

17.14. O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

18.1. Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2. Este contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 4.319/2023 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3. O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência (Licitações e Contratos).

18.4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Paranaguá – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

**ANEXO XIII**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – PR

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paranaguá–PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante)  
Nome da Empresa CNPJ: \_\_\_\_\_

**ANEXO XIV**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º INCISO XXXIII**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva:

( ) Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante)  
Nome da Empresa CNPJ: \_\_\_\_\_

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.

**ANEXO XV**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA,  
EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL**

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, cumpre os requisitos legais para a qualificação como  
Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de  
14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido  
estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei  
Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais  
defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja  
declarada vencedora do certame.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante)  
Nome da Empresa CNPJ: \_\_\_\_\_